

ENTREVISTA COM O PROF. DR. PEDRO LUÍS MACHADO SANCHES

O Professor Doutor Pedro Luís Machado Sanches possui graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1999), mestrado em Arqueologia realizado pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, concluído em maio de 2004 e doutorado pela mesma instituição finalizado em 2010. Atualmente atua na Universidade Federal de Pelotas e é pesquisador vinculado ao Laboratório de Multidisciplinar de Investigação Arqueológica (LÂMINA), da mesma Instituição.

Entrevistador

Filipe N. Silva – Aluno do mestrado em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas. Colaborador do Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte. Bolsista CAPES. E-mail: filipinhu_eh@hotmail.com

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

A transcrição da entrevista foi realizada pela estudante Melânia dos Santos Cardoso Veras da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: melveras2011@hotmail.com

ENTREVISTA

Filipe Silva: De antemão, consideramos imprescindível ressaltar que as questões que lhe serão dirigidas ao longo da entrevista são provenientes de sugestões dos membros do laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte na Unicamp, que procuraram elaborá-las sem deixar de levar em conta sua formação e trajetória acadêmica até os dias atuais.

A primeira questão que lhe dirigimos é: em sua opinião, qual a importância do diálogo entre a documentação escrita, a chamada tradição textual clássica, e a documentação de caráter material, proveniente de intervenções arqueológicas para o estudo da Antiguidade? A cultura material enquanto fonte para o estudo da Antiguidade serviria apenas para suprir a escassez documental que é peculiar a esse período histórico?



Revista de Arqueologia Pública

Pedro L. M. Sanches: A relação entre documentação escrita, seja ela epigráfica ou literária, e documentação arqueológica, o que normalmente chamamos de cultura material, é ainda mais antiga que a própria Arqueologia Clássica. Não podemos esquecer que a Arqueologia nasceu da Filologia Clássica; surgiu como uma disciplina auxiliar ao estudo dos textos antigos e, durante muito tempo, muitos trabalharam na relação entre tradição imagética e tradição literária, ou na localização geográfica dos locais mencionados por Homero ou por Pausânias. De fato, muita coisa foi escrita sobre isso e, atualmente, temos um cenário muito diferente daquele dos primeiros tempos, mas não necessariamente melhor. Hoje, os que estudam textos antigos e aqueles que estudam a cultura material parecem estar muito divididos, passaram a ocupar diferentes ambientes acadêmicos. A gente encontra quem se dedique aos Estudos Clássicos sem fazer uso nenhum dos testemunhos materiais, ou fazendo deles um uso muito restrito. E o contrário é menos frequente, mas também acontece. Penso que temos que partir de uma perspectiva mais integrada, para alcançar expressões de uma mesma cultura que são, de fato, indissociáveis. Isso se aprende com os próprios antigos: eles não separaram estes dois domínios. Na Grécia Antiga existia uma só palavra, "*graphé*", para significar, ao mesmo tempo, a escrita e a pintura. Há uma epígrafe muito referida de Simónides de Céos que diz que a pintura é uma poesia calada e a poesia é uma pintura que fala. De fato, é moderna a separação entre escrita e desenho, ou entre aquilo que se pensa e aquilo que se vê. Também é moderna a constituição de especialidades científicas que se dedicam a apenas um aspecto, ou que privilegiam apenas um aspecto das culturas antigas. Por isso, acredito que precisamos considerar a cultura material e a cultura textual indistintamente em nossos estudos, sem estabelecer hierarquias, recusando a primazia do texto, e recusando também a imponderável primazia da imagem. Não se trata de preencher lacunas, mas de evitar as dificuldades que aparecem quando consideramos uma só natureza de documento. Seja qual for a nossa especialidade, temos que tratar os documentos no mesmo nível, e temos que recorrer a eles sem reservas e sem preconceito.

Filipe Silva: Considerando as suas experiências de pesquisa e até mesmo sua participação em escavações no exterior, por exemplo, pela Escola Francesa de Atenas, onde você realizou estágios de pesquisa nos anos de 2002, 2006 e 2008, gostaríamos de saber a sua opinião sobre a produção de pesquisas acadêmicas brasileiras sobre Arqueologia Clássica.

Pedro L. M. Sanches: O professor Pedro Paulo Funari foi provavelmente o primeiro a perceber que a nossa condição de estudioso clássico, ou de especialista em estudos clássicos no Brasil não era necessariamente menos privilegiada que a dos nossos colegas europeus ou norte-americanos. Se entendo bem, a base do argumento é a constatação de que os colegas da França, da Alemanha, ou da Inglaterra estariam tão fortemente envolvidos em uma tradição interpretativa que seria muito difícil para eles tomar verdadeiro contato com outras tradições de estudos, partilhar pontos de vista com colegas estrangeiros, enfim, acompanhar o que se pensa e faz sobre o Mundo Antigo em outros



Revista de Arqueologia Pública

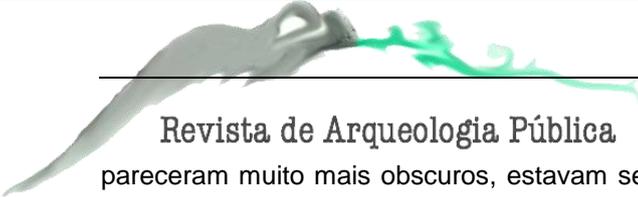
lugares. Começamos com uma vantagem: não temos tradição. Isso nos deixa o caminho livre para nos apropriarmos dos elementos, pesquisas, autores, temas e resultados que estão presentes aqui ou ali, em diferentes correntes interpretativas arqueológicas. Um trabalho brasileiro de Arqueologia Clássica tende a ser, por isso mesmo, mais sensível a diferentes pontos de vista do que os trabalhos produzidos na Europa setentrional. O que não implica, de maneira nenhuma, em afirmar algum impedimento de que o mesmo se dê na Europa setentrional. Há bastante diálogo entre as grandes escolas, muita crítica e muita revisão mútua, mas talvez pouca parceria. A troca poderia ser mais intensa por lá.

Por outro lado, não podemos desprezar as enormes dificuldades que enfrentamos para acessar as informações. A falta de cursos de línguas mortas e modernas, muitas vezes, se converte num impedimento, assim como a dificuldade de financiar viagens aos sítios gregos e romanos, ou aos museus que guardam as coleções clássicas importantes, enfim, aos lugares de pesquisa. A internet ajudou bastante, trazendo a bibliografia e bases de dados a quase qualquer lugar do mundo, mas o contato direto com o material de estudo, embora seja fundamental, ainda é muito difícil para estudantes brasileiros e latino-americanos.

Filipe Silva: Em um texto que você publicou¹ há pouco tempo, você afirmou que fazer a Arqueologia Clássica no Brasil parecia e parece afetação e preciosismo, ou despropósito, aos olhos de muita gente. Sem entrarmos em discussão sobre a necessidade e a legitimidade de uma justificativa plausível para estudar outros períodos que extrapolam o contexto brasileiro, gostaríamos de saber qual é a contribuição da Arqueologia Clássica na sua formação enquanto arqueólogo, propriamente dita. A sua experiência lidando com peças provenientes de sítios arqueológicos da Grécia, por exemplo, foi valiosa no sentido de propiciar novos recursos e habilidades para você trabalhar com a Arqueologia em outros contextos históricos, e até mesmo pré-históricos, no Brasil, e vice-versa?

Pedro L. M. Sanches: Sim, e o contrário também deve ser dito. Minha orientadora em Arqueologia Clássica sempre foi a professora Haiganuch Sarian, e uma das primeiras e decisivas recomendações que ela faz é de que a gente participe de trabalhos de campo em Arqueologia Brasileira, o que nos rende um refinamento técnico e interpretativo valioso. A formação de um arqueólogo não pode ser restritiva, pois pensamos nossas circunstâncias arqueológicas a partir de comparações. Elas nunca foram, de fato, descartadas, ainda são o modo mais recorrente de olhar para culturas diferentes. Eu estudei filosofia na graduação, então, para mim, os gregos eram os próximos. Os gregos eram aqueles dos quais eu sabia alguma coisa, e com os quais eu tinha afinidade. Os guarani sempre me

¹SANCHES, Pedro Luís Sanches. *Vir a ser arqueólogo clássico no Brasil: uma errância ousada*. In: GRILLO, José Geraldo Costa; FUNARI, Pedro Paulo Abreu; CARVALHO, Aline Vieira. (Orgs). *Os caminhos da Arqueologia Clássica no Brasil – Depoimentos*. São Paulo: Editora Annablume, 2003. p.200-210.



Revista de Arqueologia Pública

pareceram muito mais obscuros, estavam sempre muito mais distantes que os gregos. Essa minha experiência, que é legítima, mostra que os recortes baseados em uma delimitação territorial atual são artificiosos. Como postular uma pré-história brasileira, se a pré-história se deu quando não havia noção nenhuma de Brasil? Eu não estarei dizendo nada de novo quando digo que o mundo do conhecimento não deve ter fronteiras, e que todas as culturas nos interessam porque, de alguma forma, compartilhamos de todas elas.

Preocupa-me no Brasil não só o recorte regionalista e limitador das pesquisas, e até da formação dos pesquisadores, me preocupa também a ausência de especialistas em outras culturas. Precisaríamos tê-los entre nós num número muito maior. Por que temos tão pouco sinólogos? Por que tão poucos orientalistas? Por que quase ninguém estuda os povos escandinavos? Ou a etnologia das populações africanas? Embora este último seja um tema de óbvio interesse, não vemos muitas equipes saindo do Brasil para fazer pesquisa de campo na África subsaariana. No nosso caso, não é só uma questão de ter trabalhos de Arqueologia Clássica, ou de ter uma formação sólida em Arqueologia Clássica que ajude a formar bons arqueólogos e a trabalhar temas locais, se trata de ter mais especialidades dentro das nossas universidades. O nosso espectro de opções ainda é muito restrito, o que limita muito as comparações que podemos fazer, e nossa capacidade de compartilhar métodos e ideias.

Filipe Silva: Nesse mesmo texto você afirmava que a Arqueologia Clássica deveria seguir o exemplo da música Clássica e ser difundida entre os estudantes brasileiros devido ao fato de poder propiciar o contato com uma tradição de disciplina severa, o que pode ser de interesse comum a diferentes áreas do conhecimento. Em sua opinião, há também a necessidade de um engajamento social e comprometido com a construção do diálogo dessa produção acadêmica em Arqueologia, e as diferentes comunidades espalhadas pelo país?

Pedro L. M. Sanches: Veja bem, não há incompatibilidade entre música clássica e ações de relevância social. Alguns dos projetos mais interessantes de formação de músicos eruditos são também projetos sociais, em comunidades carentes. Citei apenas um exemplo no texto que você menciona, mas há outros, como o projeto *El Sistema* na Venezuela, que envolve jovens e crianças da periferia de Caracas. Por terem referências musicais incomuns, os jovens venezuelanos dão às peças clássicas uma leitura realmente nova. Além de encontrarem na música clássica uma profissão, estão introduzindo inovações artísticas de grande valor. Mostra disso é o prestigiado trabalho do maestro Gustavo Dudamel.

Proponho a comparação entre música clássica e arqueologia clássica exatamente para reforçar a importância do contato com as comunidades, com os grupos sociais menos favorecidos. Tal contato



Revista de Arqueologia Pública

deverá fazer um bem enorme à própria Arqueologia Clássica, assim como o contato com a Arqueologia pode ser de grande interesse para as pessoas que se encontram em condição de pobreza.

A meu ver, o futuro da Arqueologia Clássica dependerá, em alguma medida, do engajamento social, da inclusão de universidades em países sem tradição, e de pesquisadores de diferentes origens. A Arqueologia Clássica remonta cerca de cinco séculos, nos quais muitos tiveram acesso indireto às descobertas arqueológicas, por meio dos ornatos arquitetônicos, da terminologia, da iconografia, e etc., mas poucos puderam acompanhar diretamente as interpretações de arqueólogos e de outros especialistas em estudos clássicos. Por qualquer que seja a razão, impedir ou dificultar o acesso direto a esse conhecimento, àquilo que se sabe das culturas antigas, parece algo extremamente desonesto e contraproducente.

Uma curiosidade da relação entre a Arqueologia Clássica e as demais especialidades arqueológicas é que existem muitos arqueólogos clássicos que escrevem bons trabalhos acerca de outras sociedades. Já o contrário, é muito mais raro. Isso deixa a Arqueologia Clássica em desvantagem. A importância desse diálogo está em fazer dele uma linha de mão dupla. Espero que possamos ter colegas com formação em Arqueologia Histórica ou Pré-Histórica do Novo e do Velho Mundo atuando, participando, contribuindo de maneira ativa, com seus pontos de vista ímpares, em projetos de Arqueologia no Mediterrâneo Antigo. Estamos começando a ultrapassar a época em que o recorte temático da formação limitava a atuação de um pesquisador, e será sempre preconceituosa e autoritária a afirmação de que alguém que teve uma formação classicista está de alguma forma impedido de contribuir fora da área dos Estudos Clássicos. Voltando à analogia com a música, seria como dizer que um músico de formação clássica, de alguma forma, estaria impedido de fazer também música popular.

Precisamos estimular os colegas formados em Arqueologia Brasileira ou do Novo Mundo a contribuírem mais com os estudos tecnológicos e experimentais, com as técnicas de escavação e georreferenciamento, com a análise de esqueletos humanos e restos faunísticos também em Arqueologia Clássica, área de concentração em que tais abordagens foram menos exploradas.

Filipe Silva: Há muitas discussões acadêmicas sobre a relação entre arqueólogos, suas respectivas pesquisas e ações envolvendo a sociedade, como um todo bastante plural. Em sua opinião, como poderíamos descrever essas relações no cenário brasileiro? O que avançamos ou devemos avançar para uma melhora nesse relacionamento?

Pedro L. M. Sanches: Na Grécia atual, as relações entre arqueologia e sociedade são muito importantes e constantes. A arqueologia lá é uma carreira de estado, ao contrário do que ocorre no Brasil, onde a esmagadora maioria dos arqueólogos atua na iniciativa privada. Há decisões acerca



Revista de Arqueologia Pública

da conservação, da autorização para estudo de sítios e materiais, e do acesso público à informação gerada em arqueologia, que estão sempre cobertas de grande responsabilidade. No Brasil, como não construímos nossa identidade a partir da arqueologia, o espaço social da arqueologia precisou ser conquistado, o que se fez no interesse da própria sociedade, pois é preciso reconhecer, como outros já o fizeram, que não existe arqueologia que não seja pública, que tudo o que se faz em arqueologia é de interesse público, embora nem sempre esteja à disposição do público. Uma curiosidade é o fato das pessoas não se interessarem exclusivamente pelos achados, ou por sociedades exóticas do passado. Por uma série de fatores, é crescente o interesse pela maneira como se explora e se conhece o passado. Em outras palavras, não fomos nós, mas sim a população que, pouco a pouco, colocou os arqueólogos dentro das vitrines, junto com as peças expostas nos museus. Penso que essa condição poderia ser aproveitada: ao invés de virarmos as costas para a curiosidade da população e continuarmos fazendo ciência séria, porém hermética, parece muito mais interessante aproveitarmos a crescente curiosidade sobre o nosso trabalho para construir uma relação mais direta entre a arqueologia e o público, o que passa muito pelos museus arqueológicos e antropológicos, por aquilo que os museus podem fazer, não só para mostrar o trabalho do arqueólogo e seus resultados, mas principalmente para possibilitar que o público participe e influencie na arqueologia, e tire proveito de seus resultados. Quando digo museu, não o estou dizendo em sentido restritivo, mas em sentido amplo, me refiro ao acontecimento social que é a musealização, o que inclui ações extramuros, museus a céu aberto, sítios-museus, musealização de rotas e de centros históricos, e assim por diante.

Neste sentido, o principal desafio continua sendo evitar a espetacularização e a cenarização dos sítios, dos objetos, e do próprio trabalho arqueológico. A cenarização parece vir, sobretudo, do distanciamento histórico entre o público e a arqueologia no Brasil. Para romper com isso, parece necessária a efetiva participação do público na pesquisa arqueológica, e a diversificação do perfil dos arqueólogos. Nunca teremos uma relação completa da arqueologia com as comunidades tradicionais, subalternas, desfavorecidas, invisibilizadas, ou como as queiram chamar, se não houver condições para que as pessoas oriundas dessas comunidades possam se tornar arqueólogas e retornar às comunidades que conhecem bem, criando não só um caminho próprio até a arqueologia, mas também um espaço legítimo para a arqueologia no interior da própria comunidade. Isso é o que poderíamos chamar de engajamento.

Filipe Silva – Em sua opinião, quais são os pontos positivos e as limitações das políticas de proteção do patrimônio arqueológico em vigor no Brasil atualmente?

Pedro L. M. Sanches: A primeira colocação que gostaria de fazer sobre esse assunto é que o risco maior parece estar na naturalização do atual modelo de gestão do patrimônio arqueológico no Brasil. Digo isso porque, para muitos colegas, é praticamente impossível romper a atual relação entre



Revista de Arqueologia Pública

empresas privadas que executam salvamento arqueológico por meio de contrato, e instituições, quase sempre públicas, que endossam esses salvamentos, sob fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e regulamentação do Conselho Nacional de Arqueologia (CNA). Quando se considera o atual modelo como necessário ou inquebrantável, se exclui a possibilidade de rever, discutir e promover mudanças profundas. Há, inclusive, contradição lógica na naturalização dos contratos arqueológicos. Eles precisariam ser a única maneira possível de salvar o patrimônio, ignorando as farras alternativas estrangeiras, muitas vezes, melhor sucedidas que o modelo brasileiro.

A questão não deveria se dirigir aos contratos, mas a algo mais amplo: a arqueologia de emergência, ou de salvamento, aquela que se pratica em condições excepcionais, toda vez que o desenvolvimento econômico, ou catástrofes naturais, ou qualquer outro agente se torna uma ameaça à integridade dos registros arqueológicos, impedindo seu estudo e demais destinações.

Em outros países, o controle social sobre a arqueologia emergencial é muito maior, o sistema é menos permissivo aos empreendedores e, portanto, mais eficiente na preservação e na extroversão dos achados. Nesses países, a arqueologia acadêmica chega antes, se antecipa ao desenvolvimento econômico, e tem independência para nortear decisões a serem tomadas diante dos empreendimentos impactantes. A arqueologia emergencial pode, então, existir sem a pressão da concorrência, e sem a ameaça de suspensão de contratos futuros. O problema no Brasil parece ter começado quando delegaram à iniciativa privada, às práticas mercadológicas, responsabilidade por um trabalho repleto de dilemas éticos, ao invés de criarem superintendências ou escritórios de resgate arqueológico com controle público e autonomia financeira. O que deveria ser exceção virou regra, e hoje mais de 90% das portarias autorizando intervenções arqueológicas são concedidas a trabalhos emergenciais contratados. Ao transformarem a arqueologia de emergência em arqueologia de contrato, criaram um cenário desfavorável à preservação, no qual apenas a fiscalização de relatórios e o acolhimento de denúncias não são suficientes para coibir fraudes, corrupção, perdas e danos irreversíveis em larga escala.

Não estou propondo a estatização ou reestatização do salvamento arqueológico, mas sim a descapitalização das relações entre o arqueólogo e o empreendedor. Como podem se basear em dinheiro decisões que envolvem interesses tão antagônicos? Isso ninguém quer explicar, e se convive dia após dia com cada vez mais destruição.

De positivo, o modelo de gestão brasileiro tem a prerrogativa de que, sem ele, perderíamos ainda mais. Sem contratos, a arqueologia acadêmica sequer poderia chegar depois, fazendo teses e dissertações sobre sítios escavados às pressas, ou aproveitando as abundantes coleções que entulham as reservas técnicas para aulas, estudos e exposições temáticas. O aproveitamento acadêmico dos contratos se tornou corriqueiro pela própria carência de recursos destinados à pesquisa acadêmica de primeira mão, mas esbarra em dificuldades: a documentação de campo



Revista de Arqueologia Pública

gerada nos contratos, quando existe, costuma se mostrar inexpressiva, confusa ou incompleta, incompatível com as necessidades de um trabalho acadêmico.

Preciso reconhecer que o quadro não é animador e a solução, nada fácil. Ela poderia passar, por exemplo, pela atuação de instituições públicas no mercado de contrato, elevando a qualidade dos salvamentos, o que corresponderia ao sistema misto de países europeus e africanos; ou pela certificação dos arqueólogos contratados segundo a paisagem arqueológica em que forem atuar, evitando que alguém que não conhece minimamente os cerritos possa fazer contratos nas imediações da Lagoa do Patos, por exemplo. Seja qual for a saída escolhida, ela precisa ser encampada logo, sob pena de perder o sentido, quando o dano for tão extenso que não sobrar o que salvar. Vale a pena lembrar: vestígios arqueológicos não